

SESSÕES DO PLENÁRIO

92ª Sessão Ordinária da Assembleia Legislativa do Estado da Bahia, 03 de novembro de 2014.

PRESIDENTE: DEPUTADO ZÉ NETO (AD HOC)

À hora regimental, na lista de presença, verificou-se o comparecimento dos seguintes senhores Deputados: Aderbal Caldas, Adolfo Menezes, Alan Sanches, Álvaro Gomes, Ângela Sousa, Ângelo Coronel, Augusto Castro, Bira Corôa, Bruno Reis, Cacá Leão, Carlos Brasileiro, Carlos Geilson, Carlos Ubaldino, Coronel Gilberto Santana, Delegado Deraldo, Elmar Nascimento, Euclides Fernandes, Fabrício Falcão, Fátima Nunes, Gaban, Graça Pimenta, Herbert Barbosa, Ivana Bastos, Joacy Dourado, João Carlos Bacelar, José de Arimatéia, Joseildo Ramos, Jurandy Oliveira, Luciano Simões, Luiz Augusto, Luiza Maia, Marcelino Galo, Marcelo Nilo, Maria del Carmen, Maria Luiza, Maria Luiza Laudano, Mário Negromonte Júnior, Marquinho Viana, Pastor Sargento Isidório, Paulo Azi, Paulo Câmera, Paulo Rangel, Pedro Tavares, Reinaldo Braga, Roberto Carlos, Rogério Andrade, Rosemberg Pinto, Sandro Régis, Sidelvan Nóbrega, Temóteo Brito, Tom Araújo, Vando, Zé Neto e Zé Raimundo. (54)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Invocando a proteção de Deus, declaro aberta a sessão.

PEQUENO EXPEDIENTE

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Leitura do expediente.

OFÍCIOS

Do Deputado Targino Machado, comunicando que esteve ausente nas sessões por um período de 08 (oito) dias, a contar do dia 13/10/2014, conforme atestado médico apresentado.

Do Deputado José de Arimatéia, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 06, 08 e 09/10/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

Da Deputada Luiza Maia, comunicando que esteve ausente nas sessões dos dias 18, 19, 20, 21, 25, 26, 27 e 28/08/2014 devido a compromissos assumidos no exercício do mandato parlamentar.

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o primeiro orador inscrito no Pequeno Expediente, deputado Pastor Sargento Isidório.

O Sr. PASTOR SARGENTO ISIDÓRIO:- Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr^{as} Deputadas, senhores que nos ouvem pelo Canal Assembleia, nos gabinetes, mui dignos funcionários efetivos desta Casa, é com muito prazer que, com a minha Bíblia na mão, menciono a Palavra de Deus neste Parlamento, porque sem Jesus não somos nada. Até porque, na Bíblia, o Sr. Jesus anuncia que sem Ele nada poderíamos fazer. Por isso que o Salmo 23 nos diz: “O Senhor é meu pastor e nada nos faltará.” O Senhor é nosso pastor e nada nos faltará.

Mas, meus senhores e senhoras, faço questão de, nesta tribuna, falar sobre uma campanha de oração como homem de Deus que sou, não sou o homem de Deus, sou um dos homens de Deus desta Nação. Esta Nação não tem somente homens de Deus, como mulheres de Deus também. Mas olhando para São Paulo, para aquele estado tão importante da nossa Nação, para o sofrimento que se abate sobre alguns dos nossos irmãos, vemos que parcela importante daquela sociedade está sendo vitimada pela escassez de água. Lamentavelmente, os noticiários têm nos mostrando o perigo constante por que passa não somente São Paulo, mas todo o Brasil, uma vez que aquele estado é pioneiro em indústria, em tecnologia, pecuária, agricultura. E, daquele estado, dependem outros estados da nossa Nação brasileira.

Sabemos que outros estados, mas principalmente São Paulo, passam pela mesma questão, mas não com tanta gravidade. Então, me senti na obrigação, como pastor evangélico e profeta, pelo menos um dos últimos, de conclamar a todos os evangélicos, homens e mulheres de Deus, aos católicos também, as pessoas que têm outra religião para, de posse da sua fé, unirmos a nossa fé pedindo ao Sr. Deus, que é o dono da chuva, o dono do sol e de todas as estrelas. Conforme a Sua palavra, em Levíticos, no Livro dos Reis, Ele controla a chuva, é Ele quem pode abrir o céu, é Ele quem pode abrir as fendas do céu para mandar chuva para saciar a sede e as necessidades dos paulistanos.

A palavra de Deus fala do pecado, a palavra de Deus fala da imundície do pecado e não é à toa que o cálice de Deus da ira pode estar-se derramando justamente por ser em São Paulo a maior parada gay do mundo. Podemos dizer que é ali onde estão as maiores decepções sobre o homossexualismo. E, lamentavelmente, tal prática encontra a não permissão de Deus, porque Deus não concorda com homem deitando com homem ou mulher com mulher.

Portanto, tenho convicção que o castigo da seca que abate sobre aquele povo é por causa do pecado, mas os paulistas não são gays. Ali tem homens e mulheres de

todas as religiões, heterossexuais que creem na palavra de Deus e respeitam a palavra de Deus.

E, portanto, clamo e peço a você que me ouve, que entre nessa campanha que estamos fazendo nas igrejas, nas rádios, ou TV há mais de 6 dias, onde eu chego estou clamando, pedindo a você, meu amigo, meu irmão de qualquer religião, que clame ao Deus criador do céu e da terra, clame ao Deus que é a luz do mundo e que alimenta a todos, clame ao Deus dos nossos pais para que abra as portas do céu para regularizar imediatamente o abastecimento de água para o povo de São Paulo, abençoando não só aquele estado, como também os demais estados do Brasil. São Paulo indo bem, o Brasil continuará bem.

Conclamo a todos, independente de religião, que numa só fé continuemos essa campanha para que Deus perdoe o povo e mande a chuva para São Paulo, abençoando os nossos irmãos.

Muito obrigado, Sr. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o nobre deputado Álvaro Gomes para falar pelo tempo de 5 minutos.

O Sr. ÁLVARO GOMES:- Sr. Presidente, demais deputados, quero, nesse momento, fazer um chamamento a todos os deputados que participem, na próxima semana, da sessão ordinária que será transformada em sessão especial, na segunda-feira próxima, na qual vamos debater um tema de grande importância para todos nós, que é o novembro roxo.

O Novembro Roxo é lei aqui no Estado da Bahia, sancionada pelo governador Jaques Wagner, 19.997/2012, tem como objetivo a prevenção dos cânceres de pênis e de próstata. Teremos, na próxima semana, essa sessão especial. E durante todo o mês estamos desenvolvendo atividades para esclarecer, conscientizar a população da necessidade de prevenção e dos cuidados que devem ser tomados com relação a esses cânceres que têm matado muita gente, milhares de pessoas em nosso País e em nosso Estado.

Portanto, fazemos esse chamamento para que todos participem, para que efetivamente o Novembro Roxo cada vez mais se consolide, cada vez mais seja um mês de maior divulgação, de maior conscientização. Evidente que o Estado e a Secretaria de Saúde têm-se envolvido com isso e precisam envolver-se ainda mais. Com relação à questão da cor, realmente há uma polêmica sobre a questão da cor, em alguns casos se estabelece a cor azul. No caso específico a lei estabelece que a cor deva ser roxa. A questão da cor não é uma questão fundamental, mas a lei estadual estabelece como sendo o Novembro Roxo.

Acho importante que venhamos a massificar o roxo como forma de prevenção

aos cânceres de pênis e de próstata.

O câncer de pênis, por exemplo, é muito fácil de ser evitado, porque basta higiene para se evitar a morte. Bastam sabão e água. Em alguns casos, como o de fimose, uma cirurgia bastante simples para resolver esse câncer que tem matado muitos homens, e que é extremamente grave. O índice de câncer de pênis no Brasil é um dos mais altos do mundo, mas pode ser totalmente evitado. É um dos cânceres mais fáceis de ser evitados.

No caso de câncer de próstata, também, os cuidados são fundamentais. Hoje não se morre mais câncer de próstata, desde que seja diagnosticado a tempo e o tratamento seja feito de forma correta. Portanto, é uma campanha fundamental para evitar milhares e milhares de mortes no nosso País. É uma campanha que deve ser abraçada por todos, homens e mulheres. Daí porque escolhemos a cor roxa para simbolizar a unidade entre homem e mulher.

Tivemos o Outubro Rosa, que é o mês de prevenção ao câncer de mama e deve ser abraçado por homens e mulheres, e o Novembro Roxo, que é o mês de prevenção dos cânceres de pênis e de próstata, e que deve ser abraçado por homens e por mulheres.

O roxo simboliza a junção das duas cores: o rosa, que é tido como a cor da mulher, e o azul, que é tido como a cor do homem. Juntou-se rosa com azul, deu roxo. Então, Novembro Roxo. O roxo é uma cor de impacto, é a cor da transformação, de quebra de preconceitos. Por isso preferimos colocar o roxo na lei estadual que está em vigor, sancionada pelo governador Jaques Wagner ainda este ano.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Zé Neto):- Com a palavra o deputado Zé Raimundo pelo tempo de 5 minutos.

Peço ao deputado Álvaro Gomes que assuma a presidência.

O Sr. ZÉ RAIMUNDO:- Sr. Presidente, nobres colegas deputados e deputadas, gostaria, mais uma vez, de trazer a esta Casa Legislativa a preocupação da Liderança do governo, na pessoa do deputado Zé Neto, e também deste relator dos projetos das LOBs da Polícia Militar e do Corpo de Bombeiros, que haveremos de votar amanhã. Todos os encaminhamentos já foram feitos, os contatos foram mantidos com as diversas corporações, com as diversas organizações.

A Casa Civil do governador Jaques Wagner, orientada pela sua visão de estadista, após um amplo diálogo que teve com os segmentos, formatou uma série de mudanças na redação do projeto original, atendendo em parte questões funcionais do Corpo de Bombeiros. Este, na verdade, se torna uma nova unidade administrativa e gerencial, separada agora da Polícia Militar. Foram tratadas as questões internas da

Polícia Militar, como o quadro de oficiais, os critérios de promoção, de acesso às hierarquias superiores, enfim, houve um grande esforço do governador Jaques Wagner, no final do seu mandato, para dotar essas duas instituições de uma ferramenta jurídica que permita uma nova etapa no funcionamento da segurança pública no Estado da Bahia.

Evidentemente que esta visão do governador, é a que será postada no projeto final por meio da relatoria que me coube. Naturalmente, apresentaremos amanhã esse relatório e discutiremos aqui, nesta Casa, para votar. Acrescento que nessa proposta uma série de novas companhias são criadas, melhorando o suporte institucional e humano nos efetivos, em várias regiões da Bahia. Os comandos regionais estão sendo criados também, para que a Polícia Militar seja dotada de uma nova ferramenta gerencial e funcional.

Por isso eu acredito que amanhã será o momento especial para que possamos, ao final do governo Wagner, dirimir algumas dúvidas que, por acaso, tenham existido, sobretudo nos dois últimos anos, e que possamos ter um outro momento no relacionamento do Poder Executivo, e um ambiente favorável para a Polícia Militar e o Corpo de Bombeiros.

O segundo aspecto que gostaria de trazer é ainda o reflexo, a ressonância das eleições presidenciais. Uma parte da mídia brasileira fez de tudo para passar uma imagem do nosso partido, o PT, e dos nossos líderes, presidentes Lula e Dilma, como se fossem responsáveis por uma crise, pela volta da inflação que só está na cabeça dessas instituições midiáticas.

É claro que estamos atravessando uma crise econômica mundial que se prolonga há muitos anos. Os efeitos da crise se refletem no Brasil, o mercado externo, as exportações, o câmbio, as importações dos produtos industrializados. Mas o Brasil se mantém ainda com um bom nível de emprego, com suas atividades econômicas com grande dinamismo, os grandes projetos nacionais em processo de maturação. No caso da Bahia, a Rodovia Oeste-Leste, para o Porto de Ilhéus só agora foi liberada a licença ambiental definitiva, os novos aeroportos, inclusive o de Vitória da Conquista já em construção, a duplicação da BR-116 e da 101. Portanto, grandes projetos como o da Transposição do Rio São Francisco que está em maturação, e também um período de muito dinamismo econômico para a Bahia.

Eram essas as considerações, Sr. Presidente, que trago para esta curta intervenção nesta tarde em que a Assembleia Legislativa do Estado da Bahia retoma suas atividades com muito dinamismo. Vejo aqui dezenas de deputados e deputadas presentes ao Plenário para que possamos promover essa rica interlocução nesse momento de transição. Haveremos de ter o diálogo com o nosso governador eleito Rui Costa para construirmos um novo momento que avance a Bahia democrática de inclusão social.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Presidente (Álvaro Gomes):- Com a palavra a deputada Luiza Maia, pelo de 5 minutos.

A Sr^a LUIZA MAIA:- Sr. Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, eu quero registrar aqui que hoje pela manhã participei do lançamento, da abertura do Novembro Negro em Camaçari, o mês todo para discutirmos a questão do racismo. Infelizmente, ainda é um problema sério não só no nosso Estado como no Brasil.

Sáímos de um processo eleitoral muito ruim de incentivo e reforço de preconceito e muitas discriminações, principalmente com a nossa região. Temos de aproveitar o mês de novembro para fazer uma programação em que, realmente, entre na pauta esse debate.

Eu acho que existe essa história da democracia racial... A gente sabe que isso é uma falácia! Quando se nega o racismo é com intuito de dizer que, não existindo, não é preciso combater, não é preciso lutar contra ele. Mas a gente sabe, e as pessoas que são negras... Apesar de a população da Bahia ser composta por 80% de negros, pessoas ainda sofrem com essa situação.

Por isso, quero fazer um apelo a esta Casa para fazermos uma programação que inclua esse tema, esse assunto. No que se refere ao racismo, a mulher negra, principalmente... Estamos entrando no mês de novembro, e no dia 25 iniciaremos uma campanha internacional: os 16 dias de ativismo pelo fim da violência contra a mulher. Sabemos que a mulher negra é duplamente discriminada, desrespeitada, desvalorizada.

Quero também registrar os dados do IBGE que foram divulgados na imprensa, no dia 1º, sobre a questão das mulheres que chefiam, hoje, os lares não só na Bahia, mas também no Brasil. Quase 40% dos lares brasileiros, dos lares baianos são chefiados por mulheres. A gente sabe, hoje, as dificuldades que as mulheres têm, ainda ganhando menos do que os homens, ainda sem as políticas públicas, cuja a principal é a creche para a mãe trabalhadora. As mães trabalhadoras enfrentam, no dia a dia, essas dificuldades.

Eu sou de uma cidade industrializada, Camaçari. Nós temos feito um debate, uma pressão para que as empresas que chegam ao município, as empresas que são contratadas pelo município tenham um olhar, uma atenção para essa questão das mulheres. É uma dificuldade muito grande. Há muitas barreiras, muitos problemas, muitas mulheres desempregadas. Criamos um fórum chamado Fórum de Mulheres Desempregadas. Temos feito essa discussão com empresários, com a Prefeitura e com o Ministério Público, fizemos duas audiências públicas, mas sabemos que a vida da mulher, no que se refere ao acesso ao trabalho, não está sendo fácil.

Hoje, podemos dizer que as mulheres estão em todos os espaços de poder. Não existe mais um espaço que seja só do homem. Contudo, ainda somos sub-representadas e ainda enfrentamos essas dificuldades, a exemplo dessa questão do emprego e da diferença salarial.

Se não me falha a memória, a nossa presidenta Dilma Rousseff encaminhou para a Câmara Federal um projeto de lei com o intuito de acabar com essa história de a mulher, ocupando a mesma função, ganhar menos do que o homem, mas o projeto ainda está lá engavetado na Comissão de Constituição e Justiça e não consegue andar. Isso ocorre, porque os grandes empresários, que têm suas grandes Bancadas na Câmara Federal, vão para cima e, infelizmente, é assim.

Registro também que a Câmara Federal atualmente eleita está mais conservadora do que a anterior. Os grandes milionários estão todos lá com a suas Bancadas fortes, e os trabalhadores e as mulheres ainda são sub-representadas por uma minoria.

Só para concluir, quero registrar que, no dia 17 de novembro, às 10h da manhã, ocorrerá uma sessão, na Câmara Federal, em homenagem aos 30 anos do MST. Nós fizemos, aqui, nesta Casa, e o deputado Valmir Assunção, que também é um deputado que faz muitos debates sobre essa questão, está promovendo essa sessão. Estaremos presentes, e quero aproveitar para convidar todos os deputados que queiram participar e que entendem como importante e necessária a questão da luta pela reforma agrária e distribuição de terra no nosso País.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. PRESIDENTE (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Adolfo Menezes pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Sr^a Presidente, Srs. Colegas, há mais de seis meses que não utilizo esta tribuna.

O Sr. Joseildo Ramos:- Por causa da campanha, deputado!

O Sr. ADOLFO MENEZES:- Claro! Por opção, durante a campanha, todos nós, nessa campanha maluca, deputada Luiza Maia e Srs. Deputados, todo o Brasil falando de uma reforma política. Esperamos, deputados Marcos e Carlinhos, que os nossos colegas em Brasília tomem juízo e façam as reformas que este País necessita. Não somente a reforma política, como também as outras que já deveriam ter sido feitas aqui. Mas não fizeram a tributária, a trabalhista. Não podemos continuar sob pena de o Brasil estacionar e até andar para trás como caranguejo, como estamos vendo.

Saber o que é necessário, todos em Brasília sabem. Portanto, esperamos que em 2015 essas reformas sejam realizadas. Por diversas vezes aqui utilizei desta tribuna, deputado Marcos, para dizer que muitas coisas nós podíamos mudar neste País. Não

só na política, como também no Código Eleitoral, na legislação trabalhista, em tudo.

Vejam, agora o Conselho Nacional de Trânsito dobrou o valor das multas de trânsito. Tenho certeza que muitas mortes serão evitadas, porque já foi comprovado que só educação não resolve. Tem de haver educação e punição. Aqueles que cortam pelo acostamento, em faixa dupla, quando souberem que tem de pagar R\$ 2.000,00 e, em caso de reincidência, R\$ 4.000,00 - e alguns podem ser presos -, vão pensar duas vezes. Com essas medidas muitas vidas serão salvas.

Muitas coisas neste País acontecem por conta da impunidade. Nesse final de semana, arrombaram uma loja de joias que temos no interior. A polícia tem alarme e pegou os três dentro da loja. Eles tiraram onda com os policiais dizendo “Qual é, coroa? Não toque o dedo em mim.”, porque são menores, têm 17 anos. Isso é uma falta de vergonha!

Enquanto nós não tomarmos medidas - nós quer dizer os nossos colegas, porque não temos poder para mudar a Constituição -, vamos continuar nessa bandidagem, nessa impunidade. Não há governo que dê conta. Vejo o futuro governador Rui Costa dizendo que vai priorizar algumas áreas, inicialmente a Saúde, a Educação e a Segurança. Mas só medidas de governo não irão resolver. É uma questão nacional.

Eu me decepcionei muito, deputado Carlinhos, com a ex-candidata Marina Silva. Ela queria que o então candidato Aécio Neves abrisse mão da proposta de diminuir a maioria penal. Com essa ideia demagoga, Marina perdeu todos os pontos que teria comigo.

Então, Srs. Deputados, sobre o Brasil já discurssei várias vezes aqui para desabafar, deputado Marquinho, porque não podemos fazer muita coisa. Mas é para, pelo menos, desabafar. Não podemos continuar com esse jogo do faz de conta. De acordo com a legislação eleitoral, deve haver 30% de mulheres candidatas. Você tem de abrir uma conta no Banco do Brasil ou em outro banco oficial para receber o Fundo Partidário. Só para dar trabalho ao banco e aos candidatos. Zero de saldo! Qual é o Fundo Partidário que a maioria dos deputados recebe? Isso só faz com que os eleitores, deputado Euclides Fernandes, imaginem que os deputados recebem dinheiro através do Fundo Partidário. Eu nunca vi durante a minha vida um centavo do Fundo Partidário, nem para ajudar com advogado quando você necessita.

Então, obrigam os partidos a colocarem 30% de candidatas mulheres. Só pró-forma. Você vai obrigar a mulher a ter voto, a ser candidata? É isso que nossos colegas em Brasília, os deputados... Estou falando de um item da Lei Eleitoral, que é absurda, estúpida.

Agora, muitos deputados da base do governador eleito Rui Costa - que não acreditavam, deputado Euclides Fernandes, que ele seria governador da Bahia - cruzaram os braços. Mas hoje tem câmeras em todos os lugares, Carlinhos. O negócio não ia ficar bonito para aqueles que cruzaram os braços. Ainda bem que não estou no

meio, deputado Marquinho, nem V.Ex^a. Estou falando, deputado Rosemberg, que muitos deram azar de existirem câmeras instaladas na Bahia inteira – quando não tem do governo, tem do comércio. Então, aqueles que não acreditaram em Rui e cruzaram os braços, hoje devem estar arrependidos. Na hora das audiências com Rui Costa, futuro governador, que não é nenhum Wagner, a coisa não vai ficar boa.

Então, acho que são essas coisas que nós temos de mudar. Os deputados da base, vejam que absurdo, que fizeram as gravações no estúdio, deputado Rosemberg, gastaram quase 100 notas. Cem reais da menina que maquiou, 200 da que penteou o cabelo, aluguel do estúdio. Ou seja, é uma complicação totalmente desnecessária.

Estou falando isso, deputada Luiza, V.Ex^a que batalha muito, viaja mais até do que eu, porque normalmente eu só discurso; V.Ex^a tem carro falando da reforma política, da assinatura... Pois bem, é uma coisa estúpida essa legislação criada em Brasília. Ela é totalmente desnecessária e faz com que os custos só aumentem. A campanha é uma coisa milionária.

Para mim tanto faz o financiamento. Como eu não tenho doação nenhuma, essa briga para ver se a doação é de empresa privada ou de pessoa física, para mim é indiferente. Como eu não tenho ajuda nenhuma de empresa, gostaria que a reforma fosse benéfica para todos, principalmente para o povo. Temos várias propostas, como a do senador Walter Pinheiro – que é também a proposta do futuro senador Otto Alencar –, que sugere eleição de 5 em 5 anos. Assim você teria pelo menos 4 anos para o povo descansar, com uma eleição única no mesmo dia.

Hoje, são raras as pessoas que têm dificuldade de votar. Antigamente, deputado Euclides, você tinha que ter uma equipe para ensinar a votar. Agora, com o grau de educação que nós estamos vivendo, todo mundo tem condição de votar na urna eletrônica. Nem que votasse de duas vezes, na mesma hora, votação rápida. Como está é que não podemos continuar, com esse absurdo que se transformaram essas eleições milionárias.

Conseguiram, com isso, que fôssemos privados de alguns colegas nossos – como a deputada Maria Luiza Laudano, que não quis gastar o que precisaria para ser eleita; a deputada Graça Pimenta, esposa do ex-prefeito e ex-deputado Tarcízio Pimenta; o ex-deputado Sérgio Passos –, tudo em decorrência do absurdo em que se transformaram as eleições.

Espero, como acredito que todos os políticos esperam, que Brasília, que constitucionalmente tem o dever de fazer, faça as reformas – não só a eleitoral – que este País precisa, porque será bom para todos nós.

Muito obrigado, Sr^a Presidenta.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado

Joseildo Ramos pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. JOSEILDO RAMOS:- Sr^a Presidente, Sr^{as} e Srs. Deputados, nós estamos trazendo para esta tribuna uma informação que interessa ao conjunto dos deputados, a esta Casa. Chegamos ao final e tivemos a possibilidade de aprofundar, na discussão da CPI da Telefonia, situações que, seguramente, trarão um alento importante para os consumidores dos serviços de telecomunicações no Estado da Bahia.

Essa CPI, ao aprofundar seus trabalhos, também deixou claro em que ambiente nós estamos hoje, depois da privatização dos serviços de telecomunicações da forma como foi feita. Hoje, estamos colhendo frutos. Se de um lado estamos falando do quarto maior mercado de telefonia móvel do mundo, no qual o acesso à telefonia móvel, indiscutivelmente, aumentou, por outro lado, o respeito ao consumidor e a falta de operacionalidade e de resolutividade da agência reguladora, a Anatel, que nem sequer de longe cumpre o seu papel, demonstram que a forma como foi feito - privatiza-se primeiro e depois criam-se as agências reguladoras -. deixa evidente a falta de planejamento do Estado brasileiro. Em decorrência deste quadro, estamos colhendo os frutos ruins, de péssima qualidade, tudo isso em desfavor da qualidade do serviço que é prestado e do próprio serviço, que é caro, quando a gente relativiza com a qualidade daquilo que é ofertado à população brasileira.

Mas alguns produtos que haveremos de colocar à disposição demonstrarão que foi importante termos esta CPI, que chegará ao seu término com algumas propostas considerando-as adequadas. Uma delas é a do pacto das antenas, preservando a titularidade dos municípios em relação às questões ambientais e de saúde pública. Precisamos vencer o aparato burocrático e o cipoal de leis municipais que criam a expansão do sinal da telefonia móvel, principalmente nas zonas mais remotas do nosso Estado.

Outra proposta, o segundo produto que poderá vir na direção do interesse da sociedade baiana também, é o acordo entre a Anatel e as operadoras através do Termo de Ajuste e Conduta para antecipação dos investimentos na expansão do sinal da telefonia móvel, principalmente na zona rural. Aquilo que foi licitado em julho de 2012 era uma espécie de walkie-talkie, e não o telefone celular numa frequência de 450 mega-hertz. Hoje, depois de um acordo e dos TACs desta CPI, a Vivo e a Claro se unem e a expansão da telefonia móvel do Estado da Bahia passará a ser uma verdade tão sonhada.

Então, esses dois produtos são importantíssimos, além também de um mutirão envolvendo todas as operadoras para darem respostas objetivas ao mundo de reclamações que ocorrem sem que o usuário, o consumidor veja o seu interesse resolvido, em que pesem as taxas que são pagas de maneira exorbitante, por conta de como a Anatel e o Procon têm dificuldades objetivas de tratar dessa matéria.

Portanto, não iremos antecipar uma série de pontos importantes. Mas esses três que trouxemos aqui para o conhecimento dos deputados e deputadas demonstra

claramente que a CPI da Telefonia, na Bahia, terá resultados objetivos para a sociedade baiana e o consumidor baiano. Sem sombra de dúvida, nós não teremos mais na zona rural deste Estado o consumidor de telefonia móvel de banda larga sendo considerado um consumidor de quinta categoria.

Eram essas as informações que viemos trazer para o conjunto de deputados.

Muito obrigado pela sua costumeira tolerância, Sra. Presidente.

(Não foi revisto pelo orador.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Com a palavra o deputado Rosemberg Pinto, pelo tempo de até 5 minutos.

O Sr. ROSEMBERG PINTO:- Minha querida presidenta Maria Luiza Laudano, deputados, deputadas, imprensa, servidores, quero fazer uma saudação especial aos meus conterrâneos de Itororó, os vereadores Gustavo e Valfrido. E saudar também o nosso querido ex-vereador da cidade de Nova Canaã.

Ouvi aqui atentamente, deputado Zé Raimundo, o conjunto de intervenções. Primeiro, o resultado dessas eleições no plano federal e mesmo no plano estadual demonstra a necessidade de fazermos um debate consistente, um debate que nos leve a consolidar uma reforma política no Brasil. Não podemos medir esforços para isso.

O deputado Adolfo Menezes fez uma colocação aqui com relação ao que vem acontecendo. Acho que essa reforma política passa, primeiro, pelo fim do financiamento privado, pelo final de coligações proporcionais, que geram conflitos de interesses programáticos. Ou seja, precisamos fazer um debate muito consistente.

Mas também precisamos abrir um debate na sociedade sobre valores que estão arraigados nos seres humanos. Eu vi uma declaração do ministro do STF Gilmar Mendes que me deixou extremamente assustado. Lamentavelmente, um ministro do Poder Judiciário sai da sua posição de magistrado para transformar-se em um defensor do PSDB, para defender posições político-partidárias.

Na verdade, ele criou uma situação de constrangimento para os seus pares ao afirmar que dos 11 ministros, 10 foram indicados pelos governos do presidente Lula e da presidenta Dilma, o que levaria STF a ter uma posição que ele chama de bolivariana. Ou seja, um determinado deboche com os seus pares, em uma demonstração de que não merece estar no principal órgão do Judiciário brasileiro.

Quero aqui lamentar, deputado Carlos Brasileiro, esse fato e, ao mesmo tempo, dizer que esse rapaz não merece o respeito dos homens e mulheres deste Brasil.

Por outro lado, precisamos discutir essa situação que leva a sociedade a um quadro de insegurança política e jurídica, quando os mesmos que aceitaram a regra do jogo, depois que perdem as eleições, estimulam manifestações públicas não contra a presidenta Dilma, mas contra o regramento que eles mesmo ajudaram a definir no Congresso Nacional.

Ora, as urnas eletrônicas foram testadas na presença de representantes dos diversos partidos e foram aceitas com atas assinadas. Então não cabe a nenhum dos partidos políticos questionar a legitimidade e a vulnerabilidade daquele instrumento, porque isso foi, repito, testado e aprovado pelos representantes dos diversos partidos.

Ontem, fiquei extremamente triste quando vi ao menos mil pessoas se manifestando e pedindo o impeachment da presidenta Dilma, num ato coordenado por uma figura que não tem qualquer qualificação como cidadão. Refiro-me a Lobão, pessoa rejeitada pelos seus colegas artistas, sem nenhuma contribuição para a construção da sociedade. Justamente ele vai para as ruas usando, em determinado momento, palavras de baixo calão contra a presidenta da República.

Ele deve ter tomado um curso com William Bonner, porque, para desrespeitar a presidenta mais do que a Rede Globo, só mesmo essa manifestação arranjada e extremamente extemporânea. Destaquemos que a sociedade legitimou a presidenta Dilma para governar o nosso País por mais 4 anos, porque é bom para o Brasil e é bom para os brasileiros.

Muito obrigado.

(Não foi revisto pelo orador.)

O Sr. Zé Raimundo:- Questão de ordem, Sr^a Presidente.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Questão de ordem, deputado Zé Raimundo.

O Sr. Zé Raimundo:- Sr^a Presidente, gostaria que V.Ex^a verificasse o quórum para a continuidade da presente sessão.

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- V.Ex^a será atendido, deputado e professor José Raimundo.

(A Sr^a Presidenta procede à verificação de quórum.)

A Sr^a PRESIDENTA (Maria Luiza Laudano):- Há apenas 7 Srs. Deputados em Plenário – contando comigo, que assumo a Presidência desta Casa neste instante –, embora já tenham passado por esta Casa, hoje, 54 Srs. Parlamentares.

Há deputados que estão em secretarias, nos seus gabinetes, por isso não há quórum para a continuidade da presente sessão. Declaro-a encerrada.

Departamento de Taquigrafia / Departamento de Atos Oficiais.

*Informamos que as Sessões Plenárias se encontram na internet no endereço <http://www.al.ba.gov.br/v2/sessoes.cfm>. Acesse o caminho **Sessões** e leia-as na íntegra.*

